

Construção da identidade na Educação Infantil nas relações étnico-raciais

Mauro Antonio de Oliveira¹
Paula Monielly Pimenta de Castro²
Vanessa Cristina de Oliveira Silva³



RESUMO

O artigo objetiva analisar a construção da identidade nas relações étnico-raciais na Educação Infantil, expressa no âmbito educacional e nos discursos presentes na literatura, reportando-se, sobretudo, a reflexões acerca do racismo na Educação Infantil. Posto que as experiências empíricas e teóricas têm apontado que a constituição da identidade da criança se inicia no seio familiar e tende a se consolidar no âmbito escolar. Nesse viés, o texto problematiza a constituição da identidade na Educação Infantil no contexto das relações étnico-raciais,

considerando as relações sociais e ideológicas aludidas no ambiente dos sujeitos. Trata-se de um estudo bibliográfico fundamentado na base teórica sobre o tema, bem como na Lei nº 9.394/96 e Lei nº 10.639/ 2003. Traz breves considerações da avaliação de um livro didático dos anos iniciais de uma escola privada. Os resultados demonstram que o currículo negligencia as questões étnico-raciais e a inserção da criança negra na escola, e, quando ocorre, nem sempre é de maneira acolhedora. Destacou-se que o livro didático analisado não colabora para a construção de uma identidade antirracista, nem mesmo com a cultura negra.

Palavras-Chave: Educação Infantil; Relações Étnico-Raciais; Identidade.

¹Doutorando em Educação pela Universidade Federal de Pernambuco (UFPE), vinculado à linha de Pesquisa: Política Educacional, Planejamento e Gestão da Educação. E-mail: mauroant2@gmail.com.

² Graduanda do Curso de Licenciatura em Educação do Campo (LEDOC), da Universidade Federal Rural do Semi-Árido (UFERSA). E-mail: paulamonielly25@gmail.com.

³ Aluna especial do Programa de Pós-Graduação em Ensino (POSENSINO), da Universidade do Estado do Rio Grande do Norte – UERN. E-mail: Vanessabasilio1307@gmail.com.

1 Introdução

Desde o início da formação da sociedade brasileira, há uma predominância de imposição da cultura branca sobre a cultura negra, assentada em marcas visíveis e invisíveis que conduziram um projeto de colonização a partir de um olhar europeizante. É sobre ele e a partir dele que a história da nossa população começa a ser gestada, principalmente, a narrativa sobre os povos negros que secularmente tende a encontrar na macrossociedade um espaço de revitalização e igualdade dentro de um Estado democrático de direito. Ao mesmo tempo em que se tem combatido as práticas de racismo, tem-se notado com o mesmo teor a permanência de um racismo enraizado na sociedade brasileira.

Apesar de muitos afirmarem que não existe o preconceito racial, podemos vê-lo constantemente em nossas relações sociais, na mídia, nos postos de trabalho e na escola. Nesse aspecto, nota-se que a escola tem buscado, sob à luz de um discurso que visa combater o preconceito, corrigir esse problema. No entanto, o projeto educacional ainda é difuso e ambivalente, mesmo com as políticas implementadas nas últimas décadas advindas, principalmente, de leis como a Lei nº 10.639/2003 e a Lei nº 11.645/2008.

Desse modo, o interesse em escrever sobre o assunto mencionado surge de experiências cotidianas, onde observamos os comportamentos de crianças serem alterados a partir da sua inserção na escola. Tais mudanças refletem comportamentos de natureza diversas, em alguns casos podendo ocorrer o silenciamento e até a ausência de participação delas nas brincadeiras. Nesse aspecto, a relação de alteridade que se constrói na convivência com outro passa, neste momento, a ser visto como elemento de superioridade.

Diante disso, é oportuno destacar que a sociedade de forma geral tem uma dívida histórica imensa com a população negra. Nesse sentido, o tema promove um olhar reflexivo, na medida em que, não podemos mais tolerar que pessoas sejam tratadas como inferiores por conta de uma característica biológica, como a cor da pele, muito menos que isso seja transmitido para nossas crianças.

Neste cenário, é de fundamental importância discutir sobre a reprodução de atitudes preconceituosas já na Educação Infantil. Além disso, empreender discussões dessa natureza no âmbito da produção científica fomenta não apenas novos olhares sobre a temática, mas sinaliza a preocupação e urgência do combate às práticas de racismo em nossa sociedade. Todavia, a questão racial tem implicação na macrossociedade e no cotidiano escolar, tendo este último muitas vezes contribuído para reafirmar práticas preconceituosas.

O texto problematiza a constituição da identidade da criança na Educação Infantil no contexto das relações étnico-raciais, levando em conta as relações sociais e ideológicas que são produzidas e reproduzidas no ambiente em que se encontra a criança. Objetiva analisar a construção da identidade da criança nas relações étnico-raciais na Educação Infantil, expressa na escola e nos discursos propagados na literatura, reportando-se, sobretudo, as reflexões acerca do

racismo na Educação Infantil. Para tanto, tentaremos identificar os fatores que contribuem com a reprodução do racismo na etapa em questão, e também compreender como e porque são reproduzidos atitudes e comportamentos racistas no início da vida escolar.

Trata-se de um estudo bibliográfico fundamentado em teóricos, como: Gomes e Jesus (2013), Neves (2014) e Silva (2015), dentre outros que têm se debruçado sobre a temática em pauta, bem como em documentos e legislação, como a Constituição da República Federativa do Brasil de 1988, Lei nº 9.394/96, Lei nº 10.639/ 2003 e Lei nº 11.645/2008. Traz breves considerações da avaliação de um livro didático dos anos iniciais de uma escola privada. No percurso de nossas análises tomamos como orientação abordagem qualitativa, tratada na perspectiva de Minayo, Deslandes, Neto e Gomes (2002) e Marconi e Lakatos (2003), os quais no decurso da abordagem subsidia a análise interpretativa possibilitando novas leituras sobre o objeto de estudo investigado.

Diante disso, o presente texto está organizado em quatro seções, iniciando pela introdução em que estabelecemos considerações iniciais sobre a temática, possibilitando ao leitor uma síntese geral da discussão a ser tratada; na seção 2, discutiremos diversos aspectos que consubstanciam a construção da identidade negra no âmbito da Educação Infantil. Na seção 3, pontuaremos reflexões de ordens mais gerais na tentativa de reposicionar as discussões sobre a temática em questão; na seção 4, pontuamos em termos de resultados alguns aspectos que sinalizam reflexões e indagação sobre o tema.

2 A construção da Identidade negra na Educação Infantil

Entende-se por Educação Infantil aquela etapa que é voltada para crianças de 0 a 5 anos, considerada como a primeira infância e também o momento em que se inicia a vida escolar da mesma. Tal entendimento acerca da etapa em pauta tem respaldo na Constituição Federal de 1988 e na Lei nº 9394/96, em seu art. 29, que dispõe legalmente sobre essa etapa da Educação Básica. Trata-se de momento essencial em que a criança está em um processo eminente de construção de suas bases psicológicas, redescobertas e formação de valores, dentre outros. Nesta direção, teóricos como Neves (2014) compreendem que a formação inicial da personalidade e percepção de mundo da criança é dada sobre algumas condições. Dessa forma a autora afirma que:

O âmbito escolar é onde a criança desenvolve a capacidade de questionar, ter sua identidade e a qual grupo pertence, pois é esta consciência que abrirá o caminho na busca da construção da identidade de pensar do homem moderno. A escola precisa estar bem preparada para acolher a pluralidade étnica e cultural, pois sabe-se que nossas escolas se norteiam pelos valores de classe média. (NEVES, 2014, p. 3).

Segundo a autora, o papel da escola no primeiro ciclo educacional da criança é de suma importância, pois é onde ela irá conviver com diversos perfis de crianças e é onde os questionamentos começarão a surgir. Decorrente disso, a responsabilidade da escola e dos profissionais da educação precisam ser

referenciais no acolhimento da pluralidade e diversidade de crianças que circulam diariamente no cotidiano das unidades de Educação Infantil.

Dito isto, salienta-se que a aprendizagem promovida nessa fase poderá ser levada até a vida adulta. Sendo assim, é fundamental preocupar-se com a formação integral das crianças, não apenas em alfabetizá-las. De modo que, a ausência de uma formação ampliada poderá contribuir com a permanência do preconceito e do racismo, reforçando-se por atitudes e comportamentos das pessoas que estão ao seu redor, no seu convívio. O preconceito racial, questão que norteará a nossa pesquisa, pode ser uma dessas representações absorvidas ou incorporadas pelas nossas crianças. Neste contexto, o preconceito e o racismo perpassam dimensões bastantes distintas, tanto no que diz respeito à sociedade de modo geral, quanto no âmbito escolar. Esta perspectiva vem sendo afirmada na literatura, como aponta Neves (2014):

Racismo e educação ressaltam a importância da função social da escola e da diversidade cultural. A escola é responsável pelo processo de socialização infantil no qual se estabelecem relações com crianças de diversificadas famílias, o que favorece a construção de identidade da criança. Esse contato poderá fazer da escola o primeiro espaço de vivências das tensões raciais. (p. 2).

Comungamos com o pensamento da autora quando entendemos a escola como um lugar potencializador para lidar com a diversidade humana, para fomentar o processo de socialização e estabelecimento de laços e solidariedade. Com isso, ela passa a representar um papel essencial na construção da identidade da criança, bem como enfrentar e combater os obstáculos que são impostos por parte da escola. Por outro lado, não devemos ‘pintar’ a escola como um espaço absoluto nessa construção. Deve-se, portanto, questioná-la em virtude da permanência do preconceito e do racismo enraizado em nossa sociedade.

Para tanto, se observamos a realidade das escolas básicas do nosso país, temos poucos professores e/ou profissionais formados e preparados para discutir essa temática, principalmente na Educação Infantil. Dito isto, é possível inferir que no contexto das universidades e com destaque para os cursos de licenciatura, estes parecem não dispor com frequência de disciplinas específicas que tratem da cultura africana e afro-brasileira em seus currículos. Mesmo diante da Lei nº 10.639/2003 que obriga o Ensino de História e Cultura Afro nas escolas e sinalizam para formação de professores para trabalhar com a referida temática. Fato que, ao nosso ver, figura como elemento lacunar na formação dos licenciados (as), e em específico na formação do pedagogo, uma vez que este representa o campo da docência na Educação Infantil.

Com efeito, nota-se que o currículo de forma geral silencia as questões étnico-raciais, pois todo o aparato escolar foi pensado pela classe dominante, que em tese não estava preocupada com a inserção social e bem-estar das classes menos favorecidas, que é onde os/as negros/as estão majoritariamente inseridos. Há, portanto, um projeto educacional mais contextualizado com as necessidades do mercado do que com as relações humanas e, principalmente a diversidade. Nessa direção, Gomes (2012) levanta a necessidade da

descolonização do currículo formal existente, exigindo, portanto, mudanças do currículo da Educação Básica até o superior. Possibilitando, desse modo, um currículo comprometido com a diversidade e a diferença, mais próximos da realidade dos sujeitos, e, sobretudo, menos eurocêntrico.

Diante disso, é oportuno destacar que a proposta de educação construída no âmbito do currículo oficial não tem colaborado ou mesmo sido suficiente na promoção de uma educação igualitária, que valoriza o diferente em sua particularidade, nem tampouco tem conduzido práticas concretas de combate a atitudes preconceituosas. Nas palavras de Gomes (2012) é preciso indagar os espaços de poder ou mesmo de privilégios presentes na cultura política da nossa educação, os quais têm reverberado na educação das relações étnico-raciais. Tais aspectos, devem permear a prática educacional, possibilitando caminhos adequados num projeto de educação que valorize a construção da identidade da criança e, sobretudo, garantindo uma Educação infantil mais democrática e inclusiva.

Nessas circunstâncias, é preciso entender que olhar o outro em sua diversidade e aceitá-lo é um processo de luta enfrentado no debate pelos povos negros. Uma pauta que encontra resistência em virtude de um silenciamento da sociedade em conjunto com a omissão do Estado. Este último figura como um dos principais responsáveis para se perpetuar essas interpretações preconceituosas sobre a cultura negra. Tal entendimento é perceptível nas políticas públicas sempre pensadas na ótica dominante, ou seja, vistas do prisma da colonização.

Partindo desse cenário, é possível perceber que a ideologia que pauta as relações no contexto mais amplo da sociedade não se distancia do contexto das escolas. O que estamos querendo dizer é que, se são reproduzidas práticas de preconceito e racismo fora do universo escolar, não quer dizer que elas não pautem as práticas educativas na Educação Infantil. Tais questões são enunciadas nas palavras de Silva (2015) quando afirma que:

As instituições educacionais estão imersas em nossa sociedade, portanto não estão inseridas de serem submetidas a influências, sejam elas benéficas ou maléficas. Logo, a discriminação étnico-racial pode ser encontrada também nas escolas, pois ela tende a estar presente entre estudantes, professores/as, direção da instituição, nos materiais midiáticos e didáticos das escolas.

Partindo desse entendimento, percebe-se que a escola se constitui como um espaço fundamental na luta contra preconceito, podendo atuar tanto na desconstrução ou no agravamento de uma visão preconceituosa acerca do negro. Sendo que, se optar pela omissão ou negligência em não trabalhar temáticas inclusivas, estará contribuindo para a naturalização do racismo. Posicionamento que funciona como elemento de continuidade à discriminação dos povos negros. Com isso, destaca-se que a trajetória dos negros em contexto brasileiros é marcada por sofrimento, escravidão, isolamento cultural e geográfico. De modo que, ao assumir sua identidade é lembrar que tudo isso está enraizado em sua história, tornando difícil a aceitação do próprio negro.

Decorrente disso, afirmamos que os primeiros contatos que as crianças têm com a diversidade cultural ocorrem, via de regra, na Educação Infantil. Isso é possibilitado por dois entendimentos: primeiro pela diversidade de sujeitos e situações que possui a escola, e segundo pela interação proporcionada pelo ambiente escolar nos momentos da ação educativa. Sendo assim, podemos concluir que a escola representa uma contribuição singular na formação da identidade da criança, pois é justamente nessa fase que as crianças estão formando suas primeiras noções sobre os fenômenos, regras e conceitos. A instituição educativa neste contexto é vista como a principal responsável pela socialização e interação das crianças nessa fase. Nesse percurso, Amaral (2015, p. 16) conclui que: “A instituição de educação infantil, apesar de ser o único espaço de interação e socialização da criança pequena, configura-se como espaço de grande relevância, uma vez que é um local de encontro de diferentes crianças”. Nessa perspectiva, seria possível a escola trabalhar para diminuir as diferenças raciais.

Com isso, propomos a discussão com base em Gomes e Jesus (2013), que trilha um debate destacando as dificuldades enfrentadas para a implantação de práticas pedagógicas do Ensino de história da África e da cultura Afro-Brasileira, tanto nas escolas públicas e quanto nas privadas. Nota-se que nesse percurso não se faz menção à Educação Infantil, o que torna mais preocupante ainda o lugar dessa etapa na construção da identidade da criança.

Os autores destacam o desenvolvimento de todo o processo de luta em torno das discussões frente à educação para as relações étnico-raciais, como projetos em núcleos de pesquisas em diversas universidades federais. Tais iniciativas ajudaram a fortalecer as discussões no campo da educação afro, mas, sobretudo, influenciaram positivamente na criação de política educacional na área.

Com a promulgação da Lei nº 10.639/2003, que altera o artigo 26A da Lei nº 9.394/96, tornando obrigatório a História e cultura Afro-brasileira, passando mais tarde pela alteração dada pela a Lei nº 11.645/2008 que passa a dispor da seguinte redação: “Nos estabelecimentos de Ensino Fundamental e de Ensino Médio, públicos e privados, torna-se obrigatório o estudo da história e cultura afro-brasileira e indígena”. Dada essas alterações que apontam para uma política de valorização da educação afro-brasileira e indígenas na educação, é perceptível, conforme tem mostrada a literatura recente, que as mudanças decorrentes dessas legislações não vêm acontecendo nos sistemas de ensino, dado um percurso de mais de 16 anos de existência da legislação.

Mesmo após a aprovação da Lei citada acima e a alteração da LDB, ainda há muito que se fazer em prol da inclusão da cultura afro na educação. Exemplo disso são os professores que estão atuando na escola básica, com pouca ou nenhuma formação para discutir essa temática, porque poucos cursos de graduação têm disciplinas específicas que tratem da cultura afrodescendente. E mais ainda, se olharmos para formação nos cursos de pedagogias essa questão é ainda mais aguda, pois quando se visualiza o projeto político-pedagógico dos cursos em referências, praticamente não é abordada a questão das relações

étnico-raciais, salvo algumas exceções. Daí fica o questionamento, como pensar a construção da identidade da criança na Educação Infantil? Os professores que atuam nessa área estão qualificados para combater práticas discriminatórias, preconceituosas e racistas que circulam no ambiente educativo? São questões que nos levam a refletir os aportes oferecidos no contexto da formação da personalidade da criança.

Numa visão mais ampla, temos percebido que a sociedade de forma geral está impregnada de preconceito racial, e a escola pode desconstruir ou agravar a visão preconceituosa que se tem sobre o negro. Portanto, devemos olhar criticamente como a sociedade tem tratado o negro afim de modificar as desigualdades que naturalizamos. Nesse seguimento, o currículo constitui-se em um dispositivo capaz de ressignificar conceitos e superar discursos e práticas racistas na escola.

Em termos de experiências e iniciativas no debate em questão, Gomes e Jesus (2013) tentam trazer um panorama da realidade da educação brasileira em relação à Lei nº 10.639/2003, cruzando com uma pesquisa de campo realizado em escolas públicas. Disso, eles constataram diferenças de acordo com cada região, umas em processo mais avançado e outras em processo mais lento, o que indica que não existem regularidades no processo de implementação da lei mencionada, pois segundo eles, “[...] trata-se de um contexto ainda marcado por tensões, avanços e limites,” (p. 32), que precisa ser discutido de acordo com a realidade de cada escola.

A discussão proposta pelos autores contribui para nossa discussão, quando abre espaço para a reflexão sobre a inserção do ensino de história e cultura afro-brasileira e africana nas práticas pedagógicas, na modificação da visão que vem se construindo sobre a questão negra desde a base escolar. De modo geral, eles sinalizam para alguns desafios e avanços enfrentados pelas escolas, na incorporação da referida lei em prol da inserção e construção da identidade negra na sociedade, pauta que recuperamos para pensar a formação da identidade da criança.

Sobre o mesmo ponto de vista, quando tratamos do livro didático, é difícil a constatação de pessoas negro/as como sendo privilegiados. No entanto, Silva (2015) aponta também que em outros livros há falta de discursos que retratem a cultura negra: “[...] poderiam ser utilizados contos, fábulas e textos que contemplassem historicamente e culturalmente esta temática [...]” (p. 1). Conseqüentemente, o/a professor/a que não tenha conhecimento dessa cultura reproduzirá o que demonstra o livro, não poderás desconstruir a visão do livro didático e não haverá reconhecimento da identidade negra.

Para inquietação e curiosidade da situação, avaliamos um livro didático de uma escola privada para abrangência do assunto. A “Coleção Iluminura Educação Infantil – Nível II: Livro Integrado – 3º bimestre, 2011”, da autora Débora Janaína Durães, que possui graduação em metodologias de alfabetização. De acordo com a pesquisa, esta autora produz livros no setor público, privado e para escolas do Japão. No livro selecionado prevalecem as imagens de personagens infantis de uma família negra, as quais estão presentes

na maior parte do livro. Elas retratam o cotidiano da família, as práticas vivenciadas no ambiente em que situam os sujeitos, sendo possível destacar uma relação direta com o espaço natural, com as plantas e os animais.

Em termos analíticos, percebemos que as imagens dispostas no livro estão bem organizadas e contextualizam a linguagem utilizada no livro. Se distribuem de forma harmoniosas e estão bem localizadas, são coloridas e divertidas e ilustram muito bem a mensagem do livro. Dessa forma verifica-se que elas são simples e acessíveis, colocando-se, portanto, de acordo com o público em questão. Há uma ênfase voltada para alfabetização colocando-se em pauta o que os alunos necessitam aprender no momento. Com isso, consideramos que o volume em questão se fundamenta numa perspectiva interdisciplinar, pois aglutina na mesma unidade e no mesmo conteúdo uma relação com os diferentes componentes curriculares, como: português, matemática, ciências, arte visual e corporal, cultura e história numa única discussão.

No que desrespeito ao conteúdo, nota-se que por se tratar de um livro para Educação Infantil, os conceitos são colocados de uma forma simples, introdutória e de forma bem geral, uma vez que, as crianças estão tendo o primeiro contato com os conceitos tratado, como por exemplo, conceito de família, animais e plantas. A seleção do conteúdo é adequada ao volume e permanece de igual modo por todo livro. Com relação as imagens podemos notar que são divertidas e estão atreladas à personagens de histórias infantis que representam o negro. Já os exercícios observados nesse no livro, segue uma perspectiva didática em que permite que ao aluno (a) a construção do conhecimento.

Nessa direção, as análises evidenciam que a imagem do negro presente no decurso do livro assume uma visão reducionista, onde personagem do negro tem uma centralidade apenas nas histórias infantis. No que tange os aspectos da Cultura Afro-brasileira presente no livro analisado, percebemos que eles não são suficientes para combater o preconceito, o racismo e a discriminação, uma vez que, os conteúdos são tratados sem nenhuma “problematização, assumindo, em última instância uma visão mecanicista. Por outro lado, defendemos que os conteúdos tratados nos livros de educação infantil sejam concebidos de forma mais realista e congregue uma perspectiva plural, isto é, possibilite diferentes olhares. Concepção que o livro analisado não contemplou, muito embora, ele tenha apresentado um personagem negro e sua família, a forma como foi conduzido segue uma perspectiva “acrítica” onde se prevalece uma imagem caricato como se o negro fosse mais visto como uma figura folclórica.

Diante disso, argumentamos que o conjunto dos conteúdos, assim como tratamento didático dado a eles tanto para o aluno como para o currículo, são adequados em partes, pois não traz de forma específica uma discussão inclusiva, que seja capaz de construir uma identidade que respeite as diferenças desde a base. Como sabemos, desde 2003 a Lei nº 10.639 torna obrigatório o ensino de história e cultura afro no ensino fundamental em contexto nacional afim de superar discursos e práticas racistas na escola. No tópico a seguir

destacaremos algumas reflexões no tocante às relações étnico raciais na Educação Infantil de forma mais geral, no sentido de reposicionar a temática.

3 Reflexões sobre as relações Étnico-Raciais na Educação Infantil

Mesmo com a Constituição da República Federativa de 1988, que é quando se começa a pensar na segurança e qualidade de vida dos negros, a população negra continua sua luta por direitos, pois esta não garante muitos dos direitos essenciais que todo cidadão deve gozar, muito embora reconheçamos como uma constituição que avança muito em relação às anteriores. Nessa direção, a reivindicação em defesa da luta da população negra deverá abarcar todas etapas da educação básica, especificamente a Educação Infantil, que se constitui nosso eixo de discussão.

Dessa forma, torna-se um desafio urgente trazer à baila a discussão em torno da questão negra, uma vez que se trata de um debate que necessita reconstruir caminhos e perspectivas de enfrentamentos. Isso porque todos os dias pessoas negras são discriminadas, violentadas e têm seus direitos negados. Noticiários em diversos canais divulgam amplamente casos de ataques às pessoas negras e diversas formas de vulnerabilidade social, que em geral se dão pela representatividade que ocupa na macrossociedade. Com efeito, se não temos projeto de educação que possibilite a construção de uma nova consciência, esta começando da base que é educação infantil, tampouco podemos pensar em mudanças qualitativas no cenário tematizado.

Diante deste aspecto, poderíamos dizer que um dos principais e talvez o único meio que garante a inserção sustentável do negro na sociedade de forma geral, seria o direito à educação. Contudo, esse nem sempre é garantido, e quando acessado não ocorre de maneira acolhedora e inclusiva. Assim, Silva (2015, p.14) salienta que:

As experiências escolares das crianças negras quase sempre são traumáticas. A escola é um dos principais meios de socialização das crianças, é o espaço em que se permanece um longo espaço de tempo do período da infância e da adolescência e as lembranças nem sempre são as melhores.

Na visão da autora, percebe-se que são comuns práticas de preconceitos, originadas a de expressões como apelidos, xingamentos e expressões pejorativas que podem ser direcionados às crianças negras, fazendo com que elas se sintam inferiores. Já as brancas sentem-se superiorizadas com a humilhação exercida sobre a “raça inferior”. Tais experiências corroboram na maioria das vezes para reforçar o preconceito ou empecilho no desenvolvimento. Neves (2014, p. 2) acredita que;

A relação estabelecida entre crianças brancas e negras numa sala de aula pode acontecer de modo tenso, ou seja, segregando, excluindo, possibilitando que a criança negra adote em alguns momentos uma postura introvertida, por medo de ser rejeitada ou ridicularizada pelo seu grupo social.

A escola deve cumprir a sua função social que é de formar cidadãos críticos, participativos, localizados, conscientes de que fazem parte de uma sociedade e capazes de conviver com a diversidade humana. E isso deve ser internalizado desde a base, pois é ali na educação infantil o seu primeiro convívio com o outro, e formalmente com a diversidade. Esse projeto, uma vez bem conduzido, tornará concreta e real a possibilidade de uma identidade fundada nos valores éticos e no respeito às diferenças. Prerrogativa que atuará contrária à discriminação enfrentada pelo negro sob diferentes vieses.

No decurso do debate, os discursos que foram produzidos sobre o negro permitiram condutas que só puderam ser explicadas no contexto que as originou. Neste aspecto, Godoy (1998) escreve que, de acordo com a biologia, a espécie humana é uma só, não existindo características biológicas significativas que diferencie um ser de outro. Ele acrescenta que, para confirmar essa teoria, o biólogo americano *Alan Templeton* coordenou uma pesquisa que concluiu que as diferenças no âmbito da genética entre grupos de das mais distintas etnias são irrelevantes. Isso só nos confirma que a distinção entre raças está intimamente relacionada ao sentido cultural, ou seja, o comportamento social é que ditam esses “pré-conceitos”. Tal constatação reforça aquela ideia de que não nascemos racistas, nos tornamos quando entramos em contato com o outrem.

Tendo em vista a situação atual da educação brasileira, que está impregnada de preconceito, assim como toda a nossa sociedade, desde a sua base, o silenciamento e ausência de debates inclusivos e esclarecedores da questão racial acabam por transmitir um sentimento de inferioridade nas crianças negras e de superioridade nas crianças brancas.

Outrossim, ainda é possível diminuir a diferença entre as etnias a partir da escola, desde a educação infantil, se ela adotar uma discussão inclusiva e tomar uma posição de trabalhar as questões étnico-raciais. Assim, poderá ressignificar os conceitos não só da criança, mais também de toda a comunidade escolar, estendendo-se até a família.

Prosseguindo com a representação do/a negro/a na sociedade, convivemos com o preconceito racial operacionalizado por brancos, sejam, eles (as) adultos ou crianças. Decorrente disso, realçam que os sentimentos originados pelo contexto social que enfrentam são por vezes desdobrados em sintomas de incapacidade perante à sua própria condição existencial. Nessa perspectiva, Queiroz e Almeida (2015) apontam que o discurso proferido por jornais demonstra, na maioria das vezes, a ausência de informações relativas à cultura negra. Essa falta de conhecimento e reconhecimento desses veículos contribui para ampliar cada vez mais as desigualdades dessa população. Esse fato pode ser conferido sem nenhuma surpresa nos materiais didáticos, que em grande parte ainda não trazem uma perspectiva da diversidade que contemple uma consciência crítica sobre os povos negros.

Ainda os autores comentam que a exclusão social, não importa qual seja ela no cotidiano escolar, deve ser desconstruída, pois em cada fase que a criança negra se encontra, sente-se desvalorizada pela forma de discriminação

do outro e pela mídia. E quando se reforçam todos os marcadores de desigualdade, fica difícil a socialização na escola. É nesse caso que a escola deve suportar o combate ao preconceito, mostrando para a criança a existência de outras culturas. Só assim talvez possa diminuir essa prática de desvalorização. Como afirmam Queiroz e Almeida (2015, p. 8), “[...] a diminuição de práticas sociais preconceituosas, por meio da transformação da prática pedagógica em práxis, visando à materialização de um processo educacional crítico-emancipatório”.

Para Cavalleiro (2012) a criança já chega à escola com uma bagagem de pré-conceitos vindos do meio familiar e, que podem acabar sendo perpetuados no ambiente escolar:

Se ao chegarem à escola, crianças de quatro a seis anos de idade já apresentavam uma identidade negativa ou sentimento de superioridade em relação à outra, é certo que estes conceitos pré-estabelecidos se iniciam no lar e se perpetuam na escola (CAVALLEIRO, 2012, p. 139).

Conforme aborda a autora sobre a relação escola-família, a sociedade estabelece as pessoas negras como algo ruim. Isso, na imagem que a criança negra tem de si mesma, leva à desconstrução da sua identidade, fazendo com que desperte nela a vontade de ser branca. Consequência deste convívio é a exclusão vista no olho desta criança, desconsiderando suas origens com o intuito de tentar se incluir na sociedade. A afirmação ora posta nos obriga a reposicionar o debate em torno do racismo, de modo a mexer com estruturas que ao nosso ver parece imóvel e consolidada.

4 Considerações Finais

As discussões levantadas neste artigo, apesar de comporem uma perspectiva argumentativa, figuram também num tom de denúncia no tocante às lentas mudanças no combate ao preconceito e o racismo expresso na sociedade brasileira. Um debate que não começou agora, mas tem dificuldades de se materializar no âmbito das transformações sociais, e ao mesmo tempo que tem avançado na redução das práticas racistas que permeiam o imaginário social. Embora, se reconheçam diversas tentativas de combate ao preconceito racial desenhado no cenário nacional nas últimas décadas a partir das políticas públicas, elas não foram suficientes para erradicar o racismo enraizado no país.

Diante do exposto, destacamos que a expressão “preconceito racial” carece de debates tanto no contexto da escola quanto na comunidade local. Em que tais ações, permitirão de modo mais centrado a promoção da desconstrução de estereótipos que permeiam o imaginário dos profissionais da Educação. Partindo dessas orientações é que podemos de fato pensar em uma Educação Infantil contextualizada com a questão étnico-racial.

Assim, no que diz respeito à problematização do artigo, afirmamos que a construção da identidade na Educação Infantil frente às relações étnico-raciais se dá tanto na desconstrução do imaginário racista, quanto na criação de ambiente acolhedor e que expresse condições concretas na e para a formação de identidade negra. Nessa direção, condições são apontadas no texto, como

por exemplo a formação docente no contexto das relações étnico-raciais, sendo esta uma condição fundamental para o enfrentamento de práticas racistas, e por conseguinte a formação de uma identidade antirracista.

No que tange a questão da avaliação do livro didático, percebeu-se que o mesmo estava atualizado com a etapa. No entanto, as questões referentes à criança negra não colaboram para combater práticas preconceituosas, racistas e discriminatórias que assolam o cotidiano escolar. Quando se observou os conteúdos trabalhados no livro, notamos que eles não sinalizam um deslocamento, prevalecendo uma visão estereotipada do sujeito negro, este visto em muitas vezes como sujeito simplificado e demarcado por estigmas. Com isso, afirmamos que o livro didático analisado cujo título “Coleção Iluminura Educação Infantil – Nível II”, necessita envolver além de outros contextos literários, uma perspectiva da História e Cultura Afro-Brasileira contextualizada com as múltiplas realidades presente no cotidiano das crianças.

Contudo, percebemos ainda que as críticas propagadas pelos veículos midiáticos tendem a desmoralizar o estado emocional do sujeito negro/a, chegando, portanto, a alterar paulatinamente sua identidade. Processo esse que tende a influenciar de forma negativa a constituição da identidade das crianças desde a mais tenra idade até sua fase adulta, contribuindo em larga medida para a propagação e manutenção do preconceito racial instalado em nossa sociedade.

Referências

AMARAL, Arleandra Cristina Talin do. A Infância Pequena e a Construção da Identidade Étnico-Racial na Educação Infantil. **37º Reunião Nacional da Anped**, Florianópolis, p. 16-18, 04 out. 2015.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília, 1988. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm>. Acesso em: 31 jan. 2020.

_____. **Lei de diretrizes e Bases da Educação Nacional**. Lei nº. 9.394, de 20 dezembro de 1996. Disponível: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l9394.htm>. Acesso: 31 jan. 2020.

_____. Presidência da República. **Lei 10.639 de 09 janeiro de 2003**. Altera a Lei nº 9.394 de 20 de dezembro de 1996. Diário Oficial da União, Poder Executivo, Brasília. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2003/l10.639.htm>. Acesso em: 31 jan. 2020.

_____. Presidência da República. **Lei 10.645 de 9 de março de 2008**. Altera a Lei nº 9.394 de 20 de dezembro de 1996 e modifica a Lei nº 10.639 de 2003. Diário Oficial da União, Poder Executivo, Brasília. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2003/l10.639.htm>. Acesso em: 31 jan. 2020.

CAVALLEIRO, Eliane dos Santos. Do Silêncio do Lar, ao Silêncio Escolar: racismo, preconceito e discriminação na Educação Infantil. **Revista em Favor de Igualdade Racial**. 6. ed. São Paulo: Contexto, 2012.

GODOY, Norton. Seja racista se for capaz. **Revista Isto É**. São Paulo, n.1520. nov.1998, p.127-134.

GOMES, Nilma Lino. Relações Étnico-Raciais Educação e Descolonização dos Currículos. **Revista: Currículo sem Fronteiras**., V.12, n.1, pp. 98-109, jan./abr., 2012

_____; JESUS, Rodrigo Ednilson. As práticas pedagógicas de trabalho com relações étnico-raciais na escola na perspectiva de Lei 10.639/2003 desafios para a política educacional e indagações para a pesquisa. **Educar em Revista**. Curitiba: UFPR, 2013.

MARCONI, Maria de Andrade; LAKATOS, Eva Maria. **Fundamentos de Metodologia Científica**. 5. ed. São Paulo: Atlas, 2003.

MINAYO, Maria Cecília de Souza; DESLANDES, Suely Ferreira; NETO, Cruz Otávio; GOMES, Romeu. **Pesquisa Social: Teoria, Metodologia e criatividade**. 21.ed. Petrópolis: Vozes, 2002.

NEVES, Pollyana Cassiano. **As Relações Étnico-raciais na Educação Infantil**. 2014.

QUEIROZ, Mônica Romitelli de; ALMEIDA, Mônica Andréa Oliveira. **Cenas do Preconceito Racial: aproximações do cotidiano com a educação**. 37º Reunião Nacional da NPEd 04 a 08 de outubro de 2015, UFSC – Florianópolis.

SILVA, Flávia Carolina da. A análise da representação do/a negro/a em um livro didático. **África e Africanidades**. Paraná, p. 1-18, 20 jul. 2015.